


1 **ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

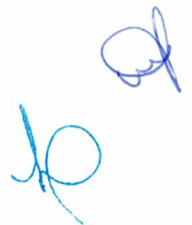
3 Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte um, às 08h15min, por
4 videoconferência, através da plataforma Zoom, ocorreu a 26ª Reunião Extraordinária do
5 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 1. Posse dos
6 Membros do Conselho para o Biênio 2021/2022; 2. Conferência de quórum; 3. Aprovação
7 da Ata da 25ª Reunião Extraordinária; 4. Apresentação das Atribuições e Competências do
8 CEHIDRO, pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli; 5. Apresentação do Programa de
9 Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO; 6. Apreciação da
10 Minuta de Resolução nº 133, que atesta o cumprimento das Metas do PROGESTÃO, e dá
11 outras providências; 7. Apreciação da Minuta de Moção nº 33/CEHIDRO/2021; 8. Análise
12 do Ofício nº 01/2021 que solicita alteração da Comissão Pré-Comitê do Alto Paraguai
13 Superior (Resolução nº 116 de 12 de setembro de 2019); 9. Análise do Ofício FECBH-MT
14 nº 003/2021, que requer atualização e adequação dos critérios gerais na formação e
15 funcionamento dos CBH, assim como diretrizes gerais dos seus processos eleitorais; 10.
16 Definir a composição das Câmaras Técnicas para o biênio 2021/2022; 11. Informes. A
17 reunião foi presidida pela Secretária de Estado de Meio Ambiente, Sra. Mauren Lazzaretti,
18 assessorada pelo Secretário Executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e pela Sra.
19 Danielly Guia da Silva, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes
20 Conselheiros: Sra. Ellen Kenia Kuntze Pantoja e Sra. Sibelle Christine Glaser Jakobi,
21 representantes da **SEMA**; Sr. Rafael Vinicius Rodrigues, representante da **SINFRA**; Sr.
22 Edson Martins da Silva, representante da **SEPLAG**; Walter Valverde Junior, representante
23 da **SEDEC**; Sr. Ibraim Fantin da Cruz, representante da **UFMT**; Sr. Francisco Lledo dos
24 Santos e Sr. Ernandes Sobreira Oliveira Junior, representante da **UNEMAT**; Sra. Suzan
25 Lannes de Andrade, representante da **ABES**; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da
26 **ABAS**; Sr. Kaio César Dias Bueno, representante da **AMM**; Sra. Alessandra Panizi Souza,
27 representante da **OAB**; Sra. Carolina Ortiz Costa Franco de Souza e Sra. Brenda Anazco
28 Benites, representantes da vaga 01 dos **CBH-RH Amazônica**; Sr. Valter Neves de Moura
29 e Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representantes da vaga 02 dos **CBH-RH Amazônica**;
30 Sra. Ingrid Leite de Oliveira e Sr. Higor Hoffmann, representantes da vaga 01 dos **CBH-RH**
31 **Paraguai**; Sr. Renato Ribeiro de Gouveia, representante da vaga 02 dos **CBH-RH**
32 **Paraguai**; Sra. Zenilda Teodora de Lima, representante da vaga 01 dos **CBH-RH**
33 **Tocantins-Araguaia**; Sr. Adriano Voigt, representante da vaga 02 dos **CBH-RH Tocantins-**
34 **Araguaia**; Sr. Rodrigo Gomes Bressane e Sr. Judson Cordeiro Pantaleão, representantes



35 do **IESCBAP**; Sra. Joicy Silva Farias, representante do **Instituto Gaia**; Sra. Beatriz Lacerda
36 Carvalho, representante da **FAMATO**; Sra. Monicke Sant'Anna P. de Arrudae Sr. Álvaro
37 Fernando Cícero Leite, representantes da **FIEMT**; Sr. Eduardo Leite de Barros Oliveira e
38 Sr. Marcelus Mesquita, representantes do **SINDENERGIA/MT**; ; Sra. Inês Martins de
39 Oliveira Alves, representante da **Águas Cuiabá**; Sr. João Clímaco Soares de Mendonça
40 Filho, representante do **FONASC**; Sr. Salatiel Alves de Araújo, representante do **Instituto**
41 **Ação Verde**; Sra. Adryeli Aparecida da Costa Miranda, representante da **APROFIR**; Sr.
42 Kassiano José Riedi, representante do **SINECAL**; e, Sra. Leonice de Souza Lotufo,
43 representante do **ITEEC**. A Reunião foi aberta pela Presidente, que cumprimentando a
44 todos, disse que é com muita alegria que na semana em que comemoramos o dia mundial
45 da água, nós realizamos a 26ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO, e também vamos
46 realizar a posse dos membros do Conselho para o biênio 2021/2022. Diz que quanto as
47 dúvidas quanto à posse se dar de forma virtual, esclarece que neste momento dará posse
48 aos membros titulares e suplentes de todas as entidades que compõem o CEHIDRO.
49 Destaca que nesta ocasião formalizaremos a Resolução CEHIDRO nº 132, que foi
50 encaminhada ao Diário Oficial do Estado, e sairá publicada hoje. Destaca ainda que, este
51 ato realizado virtualmente está sendo gravado e transmitido ao vivo no canal Sema Mato
52 Grosso no Youtube, de modo que a publicidade necessária está garantida. Com isso, nós
53 formalizamos de forma satisfatória em relação a publicidade a posse dos conselheiros.
54 Esclarece que assim que retornarmos as reuniões presenciais, as assinaturas voltarão a
55 ser nos livros. Que nesse momento nós transmitiremos para o livro os dados de posse que
56 foram publicados do D.O.E.. Na sequência, iniciou a posse dos membros do CEHIDRO
57 para o biênio 2021/2022, nominando cada entidade e seus respectivos representantes,
58 conforme consta na Resolução CEHIDRO nº 132, de 24 de março de 2021. Após, passou-
59 se ao item 3 da pauta, qual seja, a aprovação da Ata da 25ª Reunião Extraordinária. A
60 conselheira Adryeli Miranda, representante da APROFIR, destacou que o nome da
61 APROFIR aparece escrita de forma errada em dois momentos na Ata. A Presidente informa
62 que as contribuições foram registradas e, então aprova a Ata da 25ª Reunião Extraordinária,
63 com o registro das contribuições da conselheira Adryeli. Na sequência, a Secretária
64 Executiva requereu a inclusão de pauta da Minuta de Moção nº 33/CEHIDRO/2021 – Moção
65 de apoio à continuidade do Programa Nacional de Consolidação do Pacto Nacional pela
66 Gestão das Águas – Progestão, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico -
67 ANA. O Secretário Executivo destaca que essa moção esta sendo feita por outros estados
68 que de forma conjunta estão requerendo a continuidade do Programa Progestão. A

69 Presidente informa que neste momento esta presidindo a Associação Brasileira dos Órgãos
70 Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, e que no dia 16/03 a ABEMA protocolizou na
71 Agência Nacional de Águas, ofício solicitando em nome dos 27 estados que o Progestão
72 tenha uma fase 3. Destacou que a ABEMA representa 48 entidades estaduais de meio
73 ambiente, dentre elas todas as secretarias, os institutos, fundações e também as entidades
74 que trabalham com recursos hídricos, uma vez que nem todos os estados possuem dentro
75 das suas secretarias a pasta de política de gestão de recursos hídricos. Destaca ainda que,
76 agora o ideal seria que todos os estados individualmente, e por isso o pedido de inclusão
77 de pauta, possam reforçar esse pedido que a ABEMA já fez a Agência Nacional de Águas.
78 O Secretário Executivo esclarece que será feita nessa reunião uma apresentação do
79 Programa Progestão, para que todos compreendam como funciona esse programa. Que
80 nesse momento a Secretaria Executiva, somente requer a aprovação da inclusão de pauta.
81 A Presidente abre a votação para a inclusão ou não da Minuta de Moção nº
82 33/CEHIDRO/2021 na pauta da 26ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO. Sem nenhuma
83 objeção, fora aprovada a inclusão na pauta da Minuta de Moção nº 33/CEHIDRO/2021.
84 Após, passou-se ao próximo item da pauta, com a apresentação das Atribuições e
85 Competências do CEHIDRO, pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Secretário
86 Executivo do CEHIDRO. Que destacou que a apresentação foi feita pensando-se nos novos
87 conselheiros, que passaram a compor o CEHIDRO neste biênio 2021/2022. Destacou
88 ainda, que com a publicação da Lei Estadual nº 11.088/2020, o CEHIDRO passou a ser de
89 fato participativo, uma vez que a referida lei determinou que este Conselho passasse a ser
90 composto por 1/3 poder público, 1/3 sociedade civil organizada e 1/3 de usuários de
91 recursos hídricos. Explica que está como Secretário Executivo do CEHIDRO em razão de
92 estar como Superintendente de Recursos Hídricos na Secretaria de Estado de Meio
93 Ambiente, e via de regra, quem ocupa a cadeira de superintendente automaticamente
94 ocupa a cadeira de Secretário Executivo do CEHIDRO. Após, deu início a apresentação
95 destacando as leis que compõem a Política de Recursos Hídricos, quais sejam, a Lei
96 Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e a Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de
97 2020. Elencou os órgãos que compõem o sistema estadual de recursos hídricos, conforme
98 o art. 25 da lei nº 11.088/2020, destacando a competência de cada um deles; destacou que
99 o CEHIDRO é regulamentado pelo Decreto nº 796/2021; elencou as atribuições e
100 competências do CEHIDRO e de seus conselheiros, conforme o seu regimento interno;
101 explicou a estrutura organizacional do CEHIDRO; apresentou a composição do CEHIDRO
102 no biênio 2021/2022; explicou o funcionamento do Conselho Pleno, das reuniões, as formas

103 de manifestação do Conselho, conforme seu regimento interno; destacou que o CEHIDRO
104 possui cadeira no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, desde o ano de 2005;
105 elencou os programas e ações para fortalecimento do sistema estadual de recursos
106 hídricos, quais sejam, PROGESTÃO, PROCOMITÊS e QUALIÁGUA; destacou algumas
107 atuações do CEHIDRO durante todos esses anos, a partir de sua criação; mostrou o portal
108 de acesso do CEHIDRO na internet, onde se pode encontrar todas as informações
109 referentes ao Conselho, suas atuações, reuniões, atas, moções, resoluções, conselheiros
110 entre outras informações. Por fim, destacou o e-mail e telefone para contato com a
111 Secretaria Executiva do CEHIDRO, ressaltando que é a Sra. Danielly, Secretária do
112 CEHIDRO quem estará diretamente em contato com os conselheiros. Finda a apresentação
113 do Secretário Executivo, passou-se ao próximo item da pauta, qual seja, a apresentação
114 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO,
115 pela Sra. Lilian de Fátima Apoitia, Coordenadora de Ordenamento Hídrico, na SEMA. Que
116 deu início a apresentação destacando o conceito e histórico do Programa Progestão no
117 estado de Mato Grosso; abordou que o grande objetivo do Progestão é a construção de
118 compromissos entre os entes federados, visando à superação de desafios comuns e à
119 promoção do uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos, sobretudo em bacias
120 compartilhadas; destacou que o CEHIDRO desempenha o papel de interveniente, conforme
121 Contrato 072/2017/ANA, tendo por obrigações: Aprovar o Quadro de Metas do Progestão;
122 Acompanhar o cumprimento das obrigações da SEMA; Apreciar, anualmente, a execução
123 do plano de aplicação dos recursos transferidos pelo Progestão; e, Atestar o cumprimento
124 das metas contratuais. Explicou a estrutura do Programa, destacando que é formado por
125 metas federativas, metas estaduais e fatores de redução. Após, iniciou a apresentação e
126 explicação do cumprimento ou não das metas federativas, conforme se segue: META I.1
127 Integração de dados de usuários de recursos hídricos – cumprimento de 100% dos itens;
128 META I.2 Capacitação em Recursos Hídricos – explicou que surgiram desafios para a
129 realização das capacitações na modalidade presencial, em decorrência da pandemia do
130 Covid-19, bem como a impossibilidade de contratação de consultores para a realização dos
131 cursos previstos para o ano, em decorrência das empresas terem suspenso a oferta dos
132 Cursos e, dificuldade no engajamento dos membros do Sistema Estadual de Recursos
133 Hídricos nas capacitações oferecidas no formato online. De modo que, houve a
134 necessidade de reprogramar as datas e o formato de oferta de vários cursos no ano de
135 2021, e que apesar de todos esses desafios a meta foi considerada cumprida 100%. META
136 I.3 Contribuição para Difusão do Conhecimento – foi cumprida 100%; META I.4 Prevenção



137 de Eventos Hidrológicos Críticos, é composto pelos seguintes itens: Manutenção Corretiva
138 – que não teve a meta cumprida de modo satisfatório; Definição dos Níveis de Referência
139 – alcançou o cumprimento de 100% das metas; e, Produção de Boletins e Publicidade –
140 que teve 100% das metas cumpridas. META I.5 Atuação para Segurança de Barragens –
141 que teve suas metas parcialmente cumpridas. Após, explicou acerca dos Fatores de
142 Redução, que é composto pelos itens que se segue: Gestão Patrimonial – foi cumprido
143 100%; Apresentação do Relatório de Gestão na Assembleia Legislativa – item cumprido;
144 Cronograma de desembolso – meta não cumprida em razão das limitações advindas com
145 a pandemia da COVID-19. O que resultou no percentual de desembolso em 2020, tendo
146 como referência o recurso acumulado em conta em dezembro de 2019 (R\$ 2.677.723,95),
147 foi de 2,92%. Explicou quanto a Contrapartida do Estado que é o valor adicional a ser
148 repassado pela ANA, em igual parcela aos investimentos estaduais, limitados aos valores
149 mínimo de R\$ 25.000,00 e máximo de R\$ 250.000,00, e que receberá o valor de R\$
150 142.406,95, ou seja, cumprindo parcialmente essa meta. O Secretário Executivo esclarece
151 que a ANA passa para o estado cinco parcelas no valor de R\$ 750.000,00, nesse 2º Ciclo,
152 mas ela se propôs a repassar mais R\$ 250.000,00 se o estado der R\$ 250.000,00. Então
153 na realidade se tudo estivesse 100%, a gente estaria trabalhando com R\$ 1.250.000,00 na
154 gestão de recursos hídricos no estado. A Presidente avisa que precisa se ausentar em
155 razão ter outra reunião agendada, mas que a presidência desta reunião do CEHIDRO fica
156 a cargo do Secretário Executivo, a partir desse momento. O Secretário Executivo dando
157 sequência, explica que o Progestão é dividido em duas etapas, a primeira etapa composta
158 pelas metas federativas e a segunda etapa pelas metas estaduais. Ressalta que essas
159 metas foram aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos no início do
160 Programa no ano de 2013. Destaca que se faz necessário encaminhar, até o dia 31 de
161 março, a aprovação das metas por este Conselho para a Agência Nacional de Águas, para
162 que a gestão de recursos hídricos do estado não sofra ainda mais cortes de recursos. Após,
163 deu início a apresentação das metas estaduais. Destacou que o estado de Mato Grosso
164 ficou na categoria B, o que foi definido pelo CEHIDRO, porque o Programa Progestão
165 possui a categoria A, B, C e D. Sendo que a categoria D é destinada aos estados que
166 possuem todos os instrumentos implantados e em funcionamento. Diz que a SEMA em
167 comum acordo com o CEHIDRO decidiu a época que seria melhor aconselhável que o
168 estado de Mato Grosso ficasse na tipologia B, onde teríamos condições de avançar cada
169 vez mais, sem correr o risco de perder recursos. Destaca que dentro dessas variáveis
170 constantes no formulário de autoavaliação, encaminhada aos conselheiros com



171 antecedência, existem variáveis obrigatórias e variáveis não obrigatórias. Explica que os
172 conselheiros podem acessar variável por variável e analisar a justificativa de cada uma
173 delas. Explica ainda que, o campo de preenchimento de cada justificativa é limitado a certa
174 quantidade de caracteres, por esta razão as justificativas são suscintas. Ressalta a
175 necessidade de aprovação das metas pelo CEHIDRO, após abre para questionamentos. O
176 conselheiro José Roberto, representante da ABAS, pede a palavra. Diz que estamos com
177 bastante recursos na conta do Progestão e estamos com várias dificuldades na área das
178 águas subterrâneas, que precisamos avançar nesse ano. Com estudos específicos, para
179 entendermos melhor a situação dos aquíferos e também trabalhar todas as informações
180 que a SEMA dispõem de cadastros de outorga. Que temos uma infinidade de dados, que
181 mesmo com a pandemia, podem ser trabalhados, sistematizados, e quem sabe terceirizar
182 esse trabalho a uma empresa especializada. Ressalta que gostaria de ver essa parte de
183 águas subterrâneas avançando, uma vez que, vem trazendo bastante conflito em algumas
184 áreas, principalmente na área de irrigação. Diz estar faltando conhecimento, para que o
185 setor de outorga possa liberar os processos. Diz ainda que, se vê bastante dificuldade nos
186 prazos de entrega, é claro que a pandemia tem atrapalhado bastante, mas que acredita
187 que a contratação de mais gente dentro do Progestão, aliviaria mais essa carga da
188 superintendência para se avançar melhor. Sem falar na necessidade de se criar um meio
189 eletrônico para as outorgas e autorizações de poços. O Secretário Executivo explica que o
190 sistema de outorga esta quase finalizado, então vai passar a ser outorgas online, o que vai
191 agilizar muito. E também em um segundo momento as licenças também serão online. Diz
192 que ainda não se tem uma data certa, mas que certamente um sistema informatizado vai
193 agilizar o processo. Diz que com o recurso do Progestão não pode ser contratado pessoas,
194 que já houve uma tentativa, mas que não foi possível. Diz que sobre as águas subterrâneas,
195 os conselheiros podem verificar nos documentos enviados, que a ANA não se reporta a
196 águas subterrâneas, porque a água subterrânea é de dominialidade do estado, então cada
197 estado tem que se virar. Diz que concorda com o conselheiro José Roberto, que nesse ano
198 de 2021 vamos continuar buscando junto ao MDR e internamente na SEMA, uma maneira
199 de realizarmos o estudo hidrogeológicos, uma vez que necessitamos desse estudo com
200 urgência. A conselheira Ingrid Leite, representante dos CBH-RH Paraguai, pediu a palavra.
201 Cumprimentou a todos, parabenizou a equipe pelo trabalho que vem sendo desenvolvido.
202 Destacou que, com a vivência a gente tem a oportunidade de perceber melhor a importância
203 do cumprimento dessas metas e a importância desse diálogo e desse espaço que a gente
204 tem para colocar questões importantes que precisam ser decididas. Diz que como

205 representante dos Comitês de Bacia Hidrográfica da Região Hidrográfica do Paraguai,
206 gostaria de fazer uma pergunta, que acha que pode contribuir e também fazer uma
207 sugestão que vem de encontro com essa nova etapa que é uma participação de mais
208 Comitês dentro desse colegiado, que nesse diálogo ele vai cumprir com uma questão que
209 é melhorar essa ponte de relação entre o Comitê e o CEHIDRO. Pergunta se existe por
210 parte deste colegiado um levantamento dos principais pontos de conflitos, com relação a
211 recursos hídricos? Se existe, esses conflitos são dialogados com os Comitês de Bacia. Diz
212 que esse é um ponto que nós precisamos discutir aqui e ele acaba vindo a se somar a
213 questões como o Roberto acabou de levantar que são essas questões da outorga de água
214 subterrânea, de quantidade e outros desafios que nós temos na bacia. Principalmente
215 considerando que nós já tínhamos problemas nas bacias hidrográficas, que já foi
216 demonstrado no plano nacional de recursos hídricos, que é um instrumento importante que
217 nós podemos utilizar, mas também temos problemas relacionados a outros temas como o
218 desmatamento, como as questões das queimadas agora, conflitos com relação a
219 empreendimentos. Pergunta se dentro desse planejamento, desse tratamento de metas, se
220 esse Conselho já tem traçado esses conflitos na Bacia que são de diferentes interesses e
221 como isso reflete dentro desse planejamento que foi nos apresentado agora, e que é de
222 extrema importância, e que tem sido coerente porque é preciso começar a fazer, já que nós
223 estamos cumprindo. Diz querer saber se existe essa relação entre os conflitos e o
224 cumprimento de metas do Progestão. O Secretário Executivo, enfatiza que gostou muito da
225 fala da conselheira Ingrid, quando ela diz que esta representando os Comitês de Bacia
226 Hidrográfica da Região Hidrográfica do Paraguai, que é isso mesmo que nós queremos,
227 que os seis representantes dos Comitês representem sua área de abrangência. Responde
228 que o CEHIDRO não possui nenhum levantamento dos conflitos que envolvam recursos
229 hídricos, porque na realidade cabe ao CEHIDRO os conflitos de falta ou não de água, a
230 problemática de recursos hídricos e isso esta vindo agora. Diz que temos uma pergunta do
231 Youtube, Sr. Eric Finkler München pergunta "Como o CEHIDRO tem auxiliado os
232 municípios que sofrem de escassez hídrica, ex: Tangará da Serra". O Secretário Executivo
233 reponde que muitos representantes desse Conselho são representantes de Comitês de
234 Bacia, que esta havendo um estudo de que a problemática de água do município muito esta
235 atrelado a falta de chuva, a falta de melhoria no sistema. Diz que os conselheiros tem que
236 se posicionar em relação a isso, mas que respondendo como SEMA, diz que as atividades
237 da Secretaria estão sendo atreladas com a prefeitura de Tangara da Serra, trabalhando
238 conjuntamente para melhorias para a falta de água no município, estão vendo a



239 possibilidade de trazer água do Sepotuba, mas houve manifestação contrária do Ministério
240 Público, o que resultou em uma problemática técnica-jurídica nesse sistema. A conselheira
241 Ingrid Leite, agradece e diz que é um desafio, posto que acha vir de encontro com a
242 atualização da Lei nº 11.088, da Política Estadual de Recursos Hídricos. E é um desafio
243 que vai mexer com todas as nossas condições, mas vai fazer com que a gente avance no
244 quesito de pensarmos essa multiplicidade do uso da água, avançar para dirimir esses
245 conflitos, avançar na otimização do uso da água no estado, porque estamos vendo que não
246 é mais água em abundância como pensávamos. A conselheira se coloca à disposição para
247 iniciar esse diálogo com os outros comitês e demais órgãos que estão no CEHIDRO, até
248 mesmo porque já existem uma sala de crise da ANA com relação a água no Pantanal. Diz
249 vir nesse sentido de a gente tentar encaminhar todas as pautas muito atrelada a esse
250 planejamento que a gente vem fazendo para a gestão de recursos hídricos. O Secretário
251 Executivo diz que temos que dar esse passo mesmo, e que existe mesmo uma sala de
252 crise criada pela Agência Nacional de Águas, diz que participou de três ou quatro reuniões,
253 e o INPE e outros institutos meteorológicos falaram que realmente nós estamos em uma
254 seca prolongada e que isso não acontecia a cinquenta anos. Então essa crise hídrica, se
255 hoje ela não esta instalada, existe uma grande possibilidade de vir a ser. Sugere para a
256 conselheira Ingrid, que cada Comitê de Bacia traga para o Fórum Estadual de Comitês de
257 Bacias as problemáticas de cada região, uma vez que conhecem a problemática da região
258 onde se encontram e a partir daí tragam essas informações ao CEHIDRO. Na sequência,
259 o Secretário Executivo passa a palavra ao conselheiro João Clímaco, representante do
260 FONASC. Que cumprimenta a todos em nome também da suplente Sra. Luciana Ferraz, e
261 informa que a entidade está em fase de reorganização no estado de Mato Grosso, então
262 certamente será substituído por ela e outra pessoa. Diz que para corroborar com a fala da
263 conselheira Ingrid, que apesar de ter falado em nome dos Comitês, ela vem da sociedade
264 civil e sabe muito bem o que esta falando. Diz que o FONASC é representante das ONG's
265 da sociedade civil em modo geral, que é um mundo muito difuso de interesses, de lutas e
266 de reivindicação de direitos. Diz que então esse conceito de representação através das
267 ONG's ele contempla um olhar muito amplo de demandas. Diz que a pergunta da Ingrid
268 sobre a questão do conflito e a resposta de se analisar as vezes simplificando como se a
269 gestão de recursos hídricos fosse uma questão somente vinculada a quantidade de água,
270 a escassez de água. Diz achar que é papel do Conselho, e que isso tem muita base na
271 legislação a gente começar a trabalhar, uma questão que esta muito clara no art. 1º ao art.
272 4º da Lei nº 9.433, a amplitude da gestão de recursos hídricos, não é regular a unidade de

273 recursos hídricos, e sim todos os fatores que interferem na gestão ou então que deixa de
274 interferir na gestão. Porque é muito cômodo você não trabalhar as vezes certos problemas
275 porque ele não esta interferindo naquele setor especifico da gestão. Embora no âmbito dos
276 órgãos gestores isso possa ser uma coisa muito comum esse tipo de comportamento, no
277 âmbito do colegiado ele tem uma responsabilidade muito maior para garantir esses
278 princípios da amplitude do conselho de gestão. Então quando você fala que somente a
279 questão de ter quantidade de água ou não é indicativo da necessidade de gestão, Mato
280 Grosso tem muita água, mas infelizmente tem vários problemas que são externalidades de
281 outras políticas públicas que inferem na gestão de recursos hídricos. Então é
282 reponsabilidade do Conselho alertar, acompanhar, resgatar essas externalidades e o
283 Conselho ser proativo para que o órgão estadual seja também proativo em um caminho de
284 soluções. Diz que nesse sentido acha ter se deparado com a notícia de que está sendo
285 devolvido recurso do Progestão, diz não saber se está sendo equivocado quanto a isso. O
286 Secretário Executivo responde que não está sendo devolvido recursos do Progestão.
287 Explica que simplesmente se o estado não alcançar as metas, a ANA reduz o repasse. O
288 conselheiro João Clímaco diz que, não querendo ser antipático, mas que o Secretário sabe
289 do trabalho do FONASC em vários lugares, no CNRH, e o estilo e padrão da entidade. Diz
290 que o FONASC tem um papel muito responsável que é monitorar a eficácia e eficiência da
291 tomada de decisão da gestão, quando a gente não atinge meta ou quando devolve recurso
292 isso não é um bom indicador, diz que é pelo menos o que conhece de Brasília da qualidade
293 da gestão e isso pressupõe maior engajamento para a gente conseguir aplicar os recursos
294 e atingir as metas, porque é impossível, é inegável que o Mato Grosso não tenha uma
295 demanda para o investimento em recursos hídricos que se dê ao luxo de devolver recursos
296 ou de não atingir metas. Diz pensar que isso é um assunto que merece ser tratado e
297 gestado de outra maneira. Diz não saber, por não ter lido o convênio do Progestão, mas
298 que no Procomitês havia uma cláusula que haveria uma comissão, uma câmara técnica no
299 Conselho, que dava o primeiro parecer sobre o andamento do Programa. Diz que dentro
300 do princípio de gestão de recursos hídricos isso é plenamente factível, porque ela é
301 descentralizada e descentralizada não é só discurso. A gente sabe que temos que criar
302 mecanismos de controle social, no sentido positivo de acompanhamento e de gestão
303 pública. Diz achar que a gestão desse projeto aí no Mato Grosso, porque a gente esta
304 acompanhando em outros estados, ele carece de uma horizontalidade. Sugere que o
305 Presidente desse Conselho disponibilize, coloque em votação, porque diz ver muita gente
306 falar coisas em reunião e terminando não decidiu nada, coloque a iniciativa de que a câmara



307 técnica atue como protagonista desse processo de acompanhamento da implementação
308 do Programa dando um parecer a Plenária, para que a Plenária decida em cima de
309 documentos isentos dessa coisa de cumprimento de metas, de por que não cumpriu metas.
310 Enfatiza que isso é gestão, isso é responsabilidade e nós somos de certa forma
311 corresponsáveis por isso e não queremos vincular nossa imagem a uma gestão que deixa
312 devolver dinheiro por não cumprir metas. Diz que querem nesse sentido não só criticar, mas
313 ajudar. Então propõe que o Conselho aprove um encaminhamento dessas avaliações do
314 Progestão para a Câmara composta por vários segmentos, para que ela dê um parecer e
315 esse parecer seja aprovado na Plenária, dando solidez e não ser uma coisa centralizada.
316 Caso contrário, diz que pedirá vistas para fazer uma justificativa da sua proposta. O
317 Secretário Executivo diz que tem duas coisas para falar ao Sr. João. A primeira é quanto a
318 integração da política de recursos hídricos com as outras políticas, diz que estamos
319 começando a aprender a fazer isso. Diz que estamos com o primeiro projeto já aprovado
320 dentro do MDR que é a revitalização do Tocantins-Araguaia. Destaca que lá estão
321 aprendendo como trabalhar isso, entre MDR, Mato Grosso e Goiás. Diz concordar que
322 temos que ter recuperação de nascentes, melhora a qualidade da água. Então a gente está
323 aprendendo a fazer essa integração. E sobre o não cumprimento de metas, diz que não
324 podemos esquecer que desde março de 2020 nós estamos com problemas de covid, então
325 todas as nossas capacitações que tinham sido agendadas durante o ano para os Comitês,
326 os consórcios, as reuniões do Fórum, os encontros públicos do Plano, tudo isso que
327 poderíamos ter gasto recursos do Progestão não saiu do papel, mas não foi por problemas
328 de má gestão, foi por decisão governamental. O Governo determinou no Mato Grosso que
329 não se poderia viajar, então se não poderíamos viajar, como iríamos fazer uma capacitação
330 em um Comitê de Bacia. Então as capacitações acabaram acontecendo de forma on-line,
331 e dessa forma não tivemos os gastos. Então, muita coisa aconteceu. Disse que conforme
332 dito pela Lilian no início da apresentação, muitas coisas a gente precisa trazer do exterior,
333 como materiais para o laboratório, e tudo isso foi bloqueado, os pregões deram desertos.
334 Defende que não vê isso como um problema da gestão não ter atingido a meta, entende
335 que é sim um problema, mas que se não tivesse acontecido a pandemia isso não teria
336 acontecido. Diz que temos que levar em consideração essa parte. Até mesmo porque nos
337 outros anos tivemos quase que 100% de efetividade. Ressalta que esse ano foi atípico não
338 só para Mato Grosso, mas também para os outros 26 estados federados. Sobre a criação
339 da Câmara Técnica, diz que colocaremos em votação após manifestação dos demais
340 conselheiros que estão aguardando sua vez de fala. O conselheiro João Clímaco, pede a

341 palavra. Diz que entende e concorda plenamente com a justificativa apresentada pelo
342 Secretário Executivo, só que para evitar que os problemas sejam concentrados, a gente
343 divide os problemas horizontalmente. Diz que nem precisaria ter feito esse questionamento
344 se tivesse no conselho uma dinâmica descentralizada de acompanhamento desse
345 programa, como houve no Procomitês e existe em outros estados. Pede consideração do
346 Secretário Executivo, diz ter certeza que desse jeito o Secretário estará provido de apoio e
347 proposta de solução para resolver problema e não deixar que as coisas fiquem soltas de
348 modo que tenhamos um documento dizendo que não cumpriu meta e o FONASC esta
349 dentro do Conselho e de certa forma é coparticipante desse processo. Diz que é uma
350 dimensão política, que quer que o Secretário entenda no sentido não crítico, mas que se o
351 Conselho não tiver responsabilidade sobre a gestão, não tem sentido a gente estar no
352 Conselho sem poder fazer contribuição. Após, passou-se a palavra a conselheira Inês
353 Martins, representante da Águas Cuiabá S.A. Que diz que algumas coisas já foram
354 respondidas pelo Secretário Executivo, diz que lhe resta uma dúvida quanto o que foi
355 colocado, que primeiro a gente tem uma situação de um ano atípico em que os programas
356 não puderam avançar, nem se dar uma situação melhor de acompanhamento. Mas que
357 esta sendo apresentado para aprovação desse desempenho do ano passado, então sim,
358 nós temos que ouvir as críticas as colocações para que possamos se alinhar, mas que
359 gostaria primeiro de parabenizar porque pelo período de 2020 com todas essas crises, com
360 tudo que nós tivemos em um ano terrível para todos. Diz achar que o Conselho avançou
361 muito, diz que participou de muitas reuniões, inclusive da sala de crise do Pantanal, onde
362 vimos situação de desespero inclusive nos primeiros momentos, que levaram a uma
363 situação crítica de abastecimento, que acha que nessa questão podemos pensar em uma
364 situação de ampliar mais essas salas de crise, que é uma questão que não avançou muito
365 em razão da falta de equipamentos, por conta de pessoal, de consultores, mas que são
366 situações que podem ser melhoradas. Então aí sim, as sugestões são validas para que isso
367 tenha uma atuação melhor. Diz achar que há uma situação de avanço no Conselho,
368 parabeniza os conselheiros, que venham com novas contribuições também para esse ano,
369 para que a gente possa ter alinhado uma atuação cada vez mais produtiva e com melhor
370 resultado. O Secretário Executivo enfatiza que mesmo com a pandemia a SEMA não parou,
371 tivemos grandes problemas nessa caminhada, vários técnicos tiveram Covid, mas que
372 estamos tentando levar da melhor forma possível a gestão de recursos hídricos para frente.
373 Após, passou-se a palavra a conselheira Sibelle Jakobi, representante da SEMA. Que diz
374 que gostaria de fazer algumas colocações, pois acredita ser importante para esclarecer

375 alguns pontos com relação a pedidos de vistas, as questões do Progestão como um todo.
376 Diz que o Progestão existe no estado desde o ano de 2013, e que o Mato Grosso foi
377 colocado em diversos momentos como exemplo. Diz que dentro do Progestão a gente tem
378 para os estados uma seção de boas práticas, e dentre essas boas práticas, que
379 normalmente são referentes as metas federativas, das cinco metas Mato Grosso é
380 referência em duas, que é a do plano de capacitação que o nosso é referência para o país,
381 tanto a implantação, quanto a elaboração e revisão intermediária que a gente fez, quanto a
382 questão da elaboração dos boletins da sala de situação. Outro ponto que o estado é
383 colocado como referência é a elaboração do nosso relatório, e esse relatório pode ser
384 disponibilizado se vocês quiserem, que é um relatório enviado para a ANA, e ele tem todas
385 essas informações que vocês estão questionando. Diz que quanto ao não cumprimento de
386 metas, o Mato Grosso desde o início do programa esta acima de 95% do cumprimento de
387 metas. Diz que quem determina as metas federativas é a ANA, e ela determina igual para
388 todos e, dos estados da federação, nós somos um dos que mais conseguem cumprir essas
389 metas, apesar de todos os problemas que a gente encontra aqui na nossa região. Diz que
390 quando a gente não consegue cumprir, normalmente são problemas burocráticos, como
391 por exemplo, o nosso termo de referência para contratar alguém para fazer a manutenção
392 das estações da sala de situação, porque a gente não consegue fazer, chegou no final do
393 ano a Sub-procuradoria do estado pediu para ser feito novo termo dividido entre as diversas
394 estações do estado, porque para a ANA a gente faz para o estado como um todo, mas a
395 gente vai se adequar e a gente vai conseguir. Então essas dificuldades burocráticas
396 administrativas, dificultam muito a implementação aqui no estado. Diz concordar que
397 devemos ter essa questão participativa, mas o local de discussão que foi uma opção lá no
398 início, no ano de 2013, quando a mesma era Secretária do CEHIDRO, diz que se lembra
399 que não acharam viável se criar Câmara Técnica, porque levando a Plenária, como a gente
400 faz hoje, todos teriam acesso a todas as discussões e a todos os documentos, e também
401 um outro ponto que foi bem colocado na época foi que quando a gente leva para uma
402 Câmara Técnica as discussões na Câmara Técnica tendem a se repetir na Plenária, não
403 que isso seja um problema, mas se a gente tem uma discussão só, como é feito desde
404 então, na Plenária a gente abre as informações para todos e não só para os membros da
405 Câmara Técnica. Diz que foi essa a opção na época até mesmo para se dar mais
406 transparência, maior participação para o CEHIDRO como um todo, porque é um tema
407 importante. Diz que agora falando como SEMA, que nunca se negaram a passar qualquer
408 tipo de informação. Quanto a experiência de outros estados, que foi o que o conselheiro

409 João Clímaco pontuou, diz que os estados que criaram Câmaras Técnicas para discussão
410 do Progestão antes de se levar para a Plenária, não estão conseguindo fazer a aprovação
411 dessas resoluções a tempo. Cita como exemplo o estado da Bahia, que se não se engana,
412 no ano passado houve desconto do repasse por conta de o Conselho não ter aprovado a
413 resolução. Enfatiza que dentro do contrato do Progestão o CEHIDRO é interveniente, diz
414 que são os conselheiros responsáveis por aprovar as metas, e se isso não ocorre até o dia
415 31 de março, que é quando a SEMA tem que enviar o relatório, a gente perde ponto e perde
416 recurso por isso. Destaca que pode ser feito pedido de vistas, como colocado pelo João
417 Clímaco, mas que isso acarretaria na perda de recursos. Diz quanto aos recursos, que se
418 trata de um sistema de pagamento por cumprimento de metas, então se a gente cumpre a
419 meta a ANA doa o recurso para o estado, então a gente pode deixar de ganhar por não ter
420 atendido o valor total, porém o valor que foi repassado pela ANA a gente não devolve.
421 Esclarece que esse recurso fica disponível dentro do FEMAM para que possamos utilizar.
422 Destaca que no ano passado recebemos R\$ 877.000,00 de R\$ 1.000.000,00 que a ANA
423 poderia repassar para o estado. Que esse valor se refere aos R\$ 750.000,00 referentes ao
424 cumprimento das metas, mais os R\$ 250.000,00 referentes a contrapartida. E a maior parte
425 do desconto foi com relação a própria contrapartida do estado. Enfatiza que a gestão feita
426 pela SEMA é considerado pela ANA como referência dentro das nossas características, diz
427 que não estamos perdendo recursos, que em comparação com outros estados estamos
428 com uma aplicação muito boa. Após, passou-se a palavra ao conselheiro João Clímaco,
429 que diz que em todo respeito que possui com a equipe da SEMA, diz lhe parecer a fala da
430 conselheira Sibelle, totalmente dissociada do que entende do que esta escrito nos
431 princípios da gestão de recursos hídricos e numa visão unilateral, como se a SEMA não
432 fosse junto com o Conselho e o Conselho não fosse junto com a SEMA, uma visão
433 burocrática do problema, quando na verdade nós todos somos responsáveis por tudo,
434 quando se trata de coisa pública. Diz achar um equívoco uma posição dessa que vai ao
435 desencontro da gestão de recursos hídricos, que não é uma gestão como as outras gestões
436 públicas. Diz que esta propondo algo para dar solução, que ninguém precisa ter medo da
437 gestão compartilhada. A gente tinha uma Câmara, essa Câmara hoje lhe parece
438 necessária, haja vista que poderíamos ter dado apoio aos problemas, porque ninguém está
439 querendo trazer problema, diz que estamos querendo resolver problemas. O Secretário
440 Executivo esclarece que o que foi falado pela conselheira Sibelle foi que o Conselho decidiu
441 anteriormente que não se criaria Câmara Técnica e traria para a Plenária. O conselheiro
442 João Clímaco, diz que isso foi decidido, mas que agora estamos em um novo tempo, uma

443 nova postura. O Secretário Executivo diz que concorda e que a proposta feita pelo
444 conselheiro será colocada em votação. Enfatiza que o conselheiro disse que se não for
445 criada essa CT o mesmo irá pedir vistas, mas deixa claro que se isso acontecer o estado
446 perderá recursos porque não conseguirá entregar no prazo as metas aprovadas pelo
447 CEHIDRO. Diz ainda que a forma como foi apresentada as metas, é como o CEHIDRO
448 decidiu que seria. Diz que as metas apresentadas se referem ao ano de 2020, e que se o
449 conselheiro pedir vistas em nada irá mudar o cenário. E que se o conselheiro apresentar
450 essa proposta para ser aplicada no ano de 2021, será colocada em discussão sem
451 problema nenhum. O conselheiro João Clímaco diz que isso não seria nem motivo para
452 estar sendo discutido, levando em consideração que o próprio programa dá pontuação para
453 essas boas práticas. Diz que isso melhora a imagem da gestão. O Secretário Executivo diz
454 que apenas se assustou com a fala do conselheiro, uma vez que foi uma situação decidida
455 pelo Conselho no início do Programa. E são coisas que aconteceram no ano de 2020 e não
456 tem como mudar o cenário. Sugere ao conselheiro João Clímaco que pode se abster na
457 votação da Resolução de aprovação das metas do Progestão e que pode propor a Plenária
458 a criação dessa CT para acompanhar o programa no ano de 2021. O conselheiro João
459 Clímaco diz que entende e pergunta ao Secretário Executivo se a proposta pode ser votada
460 hoje ou na próxima reunião. Diz acreditar ser viável a votação ainda nessa reunião, mas
461 que o Secretário decida. Enfatiza que não aceitará visões equivocadas dos princípios da
462 gestão, que visões burocráticas do problema sejam superiores ao princípio fundamental da
463 gestão de recursos hídricos, que é a gestão descentralizada, a participação social, que é o
464 que esta na Lei. O Secretário Executivo propõe que se coloque em votação a aprovação
465 ou não da Resolução que aprova o cumprimento das metas do Progestão, e posteriormente
466 se decida como será trabalhado o Progestão a partir de agora no CEHIDRO. O conselheiro
467 João Clímaco pede que suas objeções sejam registradas, uma vez que, vê o CEHIDRO
468 ausente no acompanhamento do Programa. Diz que a partir de agora propõe a participação
469 do Conselho. Que está querendo recuperar a importância da gestão. Diz concordar com o
470 encaminhamento proposto pelo Secretário Executivo. A conselheira Ellen Pantoja,
471 representante da SEMA, pede a palavra. Diz que concorda com o encaminhamento
472 sugerido pelo Secretário Executivo, mas acrescenta que a aprovação da proposta de se
473 criar uma CT para acompanhar o Progestão será submetida a Plenária, para que a mesma
474 aprove ou não, uma vez que anteriormente o próprio Conselho decidiu que não seria feito
475 dessa forma. Após, passou-se a palavra a conselheira Leonice Lotufo, representante do
476 ITEEC. Que enfatiza a necessidade de se aprovar a Resolução CEHIDRO nº 133, de 25 de

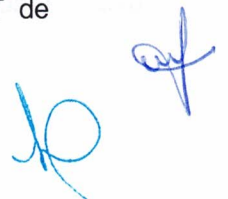
477 março de 2021, para que o estado não perca o prazo e que seja colocado em votação a
478 proposta do conselheiro João Clímaco quando formos tratar de composição de CT. No
479 entanto, adianta que como está entrando no CEHIDRO nesse biênio, sente a necessidade
480 de se ter um tempo para conversar sobre o assunto e na próxima reunião decidir como
481 poderia ser feito esse acompanhamento. Diz que não pode ser desse jeito, porque o
482 CEHIDRO tem um histórico, uma dinâmica que tem funcionado muito bem, pelo que se tem
483 visto. Diz que temos conseguido respostas excelentes da ANA, em forma de trabalho, de
484 dinâmica de trabalho. Após discussões, o Secretário Executivo põe em votação a
485 Resolução CEHIDRO nº 133, de 25 de março de 2021, que atesta o cumprimento das Metas
486 do PROGESTÃO, e dá outras providências. O conselheiro Salatiel Alves, representante do
487 Instituto Ação Verde, pede a palavra. Diz que quanto a minuta apresentada que foi
488 encaminhada a algum tempo, mas que não houve a oportunidade de melhora-la, e que
489 considerando o que foi apresentado pela equipe da SEMA, que seja acrescentado na
490 minuta elementos que justifiquem o não atingimento de metas. Sugere que seja colocado
491 no preâmbulo as questões relacionadas a pandemia, para resguardar o CEHIDRO e a
492 equipe da SEMA quanto a essas questões. O Secretário Executivo diz que a SEMA se
493 compromete a acrescentar essa questão na Resolução, mas que o conselheiro também
494 pode estar encaminhando, ainda hoje, uma sugestão de redação se assim preferir. Por fim,
495 a Resolução CEHIDRO nº 133, de 25 de março de 2021 foi aprovada pelos conselheiros
496 presentes, com a abstenção da entidade ABES, por não se sentir à vontade em aprova-la
497 em razão da troca de representante titular e, a abstenção do FONASC por todos os motivos
498 levantados pelo conselheiro João Clímaco e já expostos nessa ata. Após, o conselheiro
499 João Clímaco informou a todos que as reuniões do CEHIDRO serão gravadas e
500 transmitidas ao vivo pela rede do FONASC. O Secretário Executivo enfatiza que as
501 reuniões do CEHIDRO estão sendo transmitidas pelo canal Sema Mato Grosso no Youtube.
502 Após, passou-se a palavra a conselheira Sibelle Jakobi. Que diz ter pedido o direito de
503 resposta em razão de ter entendido que o conselheiro João Clímaco direcionou sua fala a
504 ela e as suas colocações. Diz que trabalha no setor de recursos hídricos desde o ano de
505 2007, que conhece a legislação, que estudou muito a legislação e entende que a gestão é
506 participativa e descentralizada. Diz que foi uma das pessoas que mais brigou para que os
507 comitês de bacia tivessem mais vagas no CEHIDRO, e não vai aceitar que coloquem
508 palavras na sua boca, de que é contra a gestão participativa ou que tem uma posição
509 centralizadora. Diz que se ofendeu pessoalmente, porque isso vai contra seus princípios.
510 Pede ao Sr. João Clímaco que mantenha o respeito quando falar das pessoas e que se



511 atenha ao que as pessoas falaram. Diz que não vai aceitar palavras na sua boca, pois teve
512 a intenção com sua fala de esclarecer o que havia acontecido, já que o conselheiro João
513 Clímaco esta entrando hoje no CEHIDRO. Diz ter conhecimento do Programa Progestão,
514 porque trabalha diretamente com ele na SEMA. Ressalta que não há nenhuma
515 obrigatoriedade de acompanhamento por CT, mas que nada impede que isso aconteça.
516 Que apenas colocou a situação de outros estados, que estão retirando a função de
517 acompanhamento pela CT e que este Conselho no ano de 2013, optou por não ter. E se
518 vai mudar daqui para a frente é uma decisão a ser tomada. Diz que quando o conselheiro
519 João Clímaco diz que quem quer ter uma posição centralizadora que seja funcionário
520 público. Defende que é funcionária pública a mais de quinze anos, que tem muito orgulho
521 disso e pede que o Sr. João Clímaco respeite a sua posição de funcionária pública e a de
522 todos os colegas que aqui estão. Diz que isso é uma questão de respeito e exige que isso
523 seja mantido dentro do Conselho por uma questão de ética. Pede ao Sr. João Clímaco que
524 quando tiver esse tipo de fala, que se abstenha. Após, o conselheiro João Clímaco solicitou
525 que lhe seja encaminhada a ata da reunião em que o CEHIDRO decidiu que o programa
526 Progestão não seria acompanhado por CT. Diz também que na condição de servidor
527 público, porque foi professor no estado de Minas Gerais por muito tempo, diz saber muito
528 bem quais são os papéis do setor público e nesse sentido não vai reforçar nenhuma postura
529 que vá contra os princípios da Lei nº 9.433. Diz que não foi uma crítica pessoal, porque não
530 conhece a pessoa, mas que existe esse tipo de posicionamento em todos os lugares do
531 Brasil que esta atrapalhando o crescimento da gestão de recursos hídricos. O Secretário
532 Executivo informa que o documento solicitado será encaminhado. Na sequência, passou-
533 se a apreciação da Minuta de Moção nº 33/CEHIDRO/2021, que manifesta apoio à
534 continuidade do Programa Nacional de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das
535 Águas – Progestão, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA. Que é
536 aprovada na sua integralidade, pelo Conselho Pleno e será encaminhada a ANA. O
537 conselheiro João Clímaco pede a palavra. Diz que considerando a possibilidade de se ter
538 um 3º Ciclo do Programa Progestão, sugere que no item que diz respeito a gestão e boas
539 práticas, que aconteça uma alocação de recursos humanos para a assessoria específica
540 do Conselho, para se fazer pareceres jurídicos e atender a demanda do próprio Conselho
541 e das CT'S. Na sequência, passou-se a análise do Ofício nº 01/2021 que solicita alteração
542 da Comissão Pré-Comitê do Alto Paraguai Superior, instituído pela Resolução nº 116 de 12
543 de Setembro de 2019. O Secretário Executivo explica que foi elaborada a Resolução
544 CEHIDRO nº 134, de 25 de março de 2021, que altera o art. 2º da Resolução nº 116 de 12



545 de setembro de 2019, tão somente para atualizar as entidades que os integrantes da
546 Comissão passaram a representar após a mudança de gestão nas prefeituras. Colocada
547 em votação, a Resolução CEHIDRO nº 134, de 25 de março de 2021 foi aprovada por
548 unanimidade, sem nenhuma alteração. Após, passou-se ao próximo item da pauta, qual
549 seja, a análise do Ofício FECBH-MT nº 003/2021, que requer atualização e adequação dos
550 critérios gerais na formação e funcionamento dos CBH's, assim como diretrizes gerais dos
551 seus processos eleitorais. O Secretário Executivo explica que a Resolução nº 004, de 31
552 de maio de 2006, institui critérios gerais na formação e funcionamento de Comitês de Bacias
553 Hidrográficas no estado de Mato Grosso, e essa Resolução que os Comitês estão
554 solicitando que seja atualizada, e para tanto a Secretaria Executiva propõe que seja
555 encaminhada a Câmara Técnica de Gestão Participativa – CTGPar, para que seja
556 elaborada uma minuta de atualização. Na sequência, iniciou-se a discussão acerca do item
557 11 da pauta, que é a definição da composição das Câmaras Técnicas para o biênio
558 2021/2022. O Secretário Executivo expõe que atualmente existem cinco CT's no CEHIDRO,
559 que para se criar outra CT existe a necessidade de se excluir uma das CT's existentes. A
560 conselheira Leonice Lotufo sugere que a proposta feita pelo conselheiro João Clímaco de
561 o programa Progestão ser a partir de agora acompanhado por uma CT, que seja então feito
562 esse acompanhamento pela Câmara Técnica de Gestão Participativa – CTGPar. A
563 conselheira Ingrid Leite, diz que concorda com a sugestão da conselheira Lotufo e que
564 inclusive iria sugerir o mesmo. O conselheiro João Clímaco diz ser uma boa ideia, e sugere
565 que somente seja feita alteração na descrição das competências da CTGPar, se incluindo
566 o acompanhamento de programas. A conselheira Leonice Lotufo diz que se estaria
567 afunilando as competências da CTGPar, uma vez que esta CT se trata de muito mais que
568 o acompanhamento de programas. O Secretário Executivo concorda com a proposta, e
569 passa para a Plenária decidir essa questão. Que aprova o acompanhamento do programa
570 Progestão no ano e 2021, pela CTGPar. Após, houve discussões acerca da composição
571 das CT's. As seguintes entidades manifestaram interesse em compor a CTGPar: SEMA,
572 ITEEC, APROFIR, INTITUTO AÇÃO VERDE, FAMATO, ABAS, CBH-RH AMAZÔNICA,
573 FONASC, CBH-RH PARAGUAI e FIEMT. Na sequência, passou-se a discutir acerca da
574 composição da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS. O Secretário Executivo
575 explica aos novos membros que a Plenária anteriormente decidiu que a CTAS trataria de
576 todos os assuntos relacionados a recursos hídricos, seja superficial, subterrâneo ou diluição
577 de efluentes, que a época se decidiu pela não alteração do nome da CT, mas que neste
578 momento a Secretaria Executiva sugere a alteração do nome dessa CT para CT de



579 Recursos Hídricos, ou algo nesse sentido. O conselheiro João Clímaco sugere que essa
580 CT seja nomeada como CT de Instrumentos de Gestão, que existe na maioria dos
581 Conselhos de outros estados. Diz ser essa CT importantíssima, pois, faz o
582 acompanhamento dos instrumentos. O conselheiro Salatiel Alves, diz que as questões
583 relativas as águas subterrâneas ainda não avançaram como as questões das águas
584 superficiais, então sugere que se mantenha a nomenclatura CTAS e o Conselho se esforce
585 para discutir melhor as questões relativas a esse tema. Explica que as águas superficiais
586 estão sendo muito pressionadas e é claro que a tenção vai se voltar as águas subterrâneas.
587 Defende que esse tema merece uma CT específica, que realmente discuta e consiga
588 sugerir melhorias para as questões das águas subterrâneas. O conselheiro José Roberto,
589 diz concordar com a fala do conselheiro Salatiel. Diz que as águas superficiais possuem
590 bastante instrumentos de controle e as águas subterrâneas é um caso à parte, que precisa
591 ser melhorada a gestão no estado. Defende que deve continuar CTAS e suas interfaces
592 com recursos hídricos superficiais, uma vez que, a água subterrânea não existe sozinha,
593 mas que a ênfase maior seria nas águas subterrâneas. A conselheira Inês Martins, sugere
594 que a nomenclatura seja CT de Gestão das Águas, pois a importância das águas
595 subterrâneas estará no mérito e as águas superficiais também estará inclusa nesta CT. O
596 conselheiro José Roberto defende que a CTAS deve ser técnica quanto as questões das
597 águas subterrâneas e se a CT ficar muito ampla, terá conselheiros que não terão essa
598 qualidade técnica necessária para se discutir a gestão das águas subterrâneas. A
599 conselheira Leonice Lotufo diz que quando a gente tem uma atribuição que é iminente do
600 estado, que é a água subterrânea, que a gente não tem subsidio financeiro de outros órgãos
601 a não ser do próprio estado a gente tem que fortalecer realmente essa CTAS. Diz que
602 podemos ter uma CT para se conversar de forma mais genérica outros assuntos, mas que
603 a CTGPar, que inclusive foi a primeira gestão participativa que o estado teve no ano de
604 2000, para a gente começar a falar o que é gestão, ela é importantíssima dentro do nosso
605 estado, dentro das nossas tomadas de decisão e é exclusividade do estado a gestão de
606 águas subterrâneas. Diz que os outros instrumentos precisam de aprovações do Nacional
607 então estaríamos colocando a água dentro do desenvolvimento urbano e a gente acaba
608 virando subproduto, alguma coisa esquecida, que já não é mais o assunto principal. Diz
609 querer rever essa situação, pois a água dentro da política é a única tomada de decisão
610 exclusiva do estado. O Secretário Executivo diz que no CNRH tínhamos 15 CT's e reduziu-
611 se para 9 CT's, ficando a água subterrânea dentro de CT de Integração com a Gestão
612 Ambiental e Territorial. Diz que a gente precisa de uma CT que o Conselho consiga discutir



613 todos os assuntos, porque a gente só tem 5. Defende que se estamos procurando a
614 realização do estudo hidrogeológicos, não vê nexos em se tratar, mesmo em se levando em
615 consideração o falado pela conselheira Leonice, quanto a água subterrânea ser de
616 dominialidade do estado, diz que a discussão tem que acontecer no âmbito geral, mas que
617 fica a cargo do Conselho definir esse nome. A conselheira Inês Martins diz que não é o
618 título que vai mudar isso. O conselheiro José Roberto diz que a nível nacional a ANA só
619 interfere nos aquíferos que pertencem a mais de um estado, então a União não faz a gestão
620 de águas subterrâneas como um todo, só interfere na integração. Defende que é importante
621 se manter o foco nas águas subterrâneas, que é totalmente de domínio do estado, mas que
622 nada impede que se coloque no bojo dessa CT a relação com outros recursos, porém o
623 enfoque deve ser nas águas subterrâneas e os membros dessa CT devem ter
624 conhecimento técnico para realmente discutir essa questão de gestão das águas
625 subterrâneas no estado. A conselheira Ellen Pantoja pede a palavra. Reforça o
626 entendimento do conselheiro José Roberto, diz que o nome não importa muito, mas que o
627 objetivo da CT é muito importante. Diz que se vai ser uma CT que estará focada em discutir
628 as questões de água subterrânea, o perfil dos componentes técnicos tem que estar vindo
629 nessa direção do entendimento da água subterrânea e da relação desta com a água
630 superficial. Defende ser importante se observar essas questões, já que a água subterrânea
631 é de dominialidade do estado e temos muito que avançar. Diz que o Conselho possui outras
632 CT's que necessitam de uma composição mais interdisciplinar, como por exemplo, a do
633 Plano, a de Gestão Participativa. Sugere se agrupar outros assuntos, como Plano e Gestão
634 Participativa em uma CT para se manter a CTAS e se criar outra que discuta essas
635 questões mais gerais relacionadas a gestão de recursos hídricos. O Secretário Executivo
636 informa que na próxima reunião estará se discutindo a minuta do novo regimento interno
637 do CEHIDRO elaborado pelo GT de Atualização do Regimento Interno, e que nessa minuta
638 consta a possibilidade de se ter mais de 5 CT's, dentre elas CT permanentes e temporárias.
639 Sugere não alterar a nomenclatura da CTAS por enquanto, se definir a composição da
640 mesma e na próxima reunião, a depender da aprovação ou não da minuta do novo
641 Regimento Interno, se discuta a nova nomenclatura das CT's. A conselheira Alessandra
642 Panizi, representante da OAB, pede a palavra. Pergunta por que se tem que definir a
643 composição das CT's nesta reunião, antes de se analisar a minuta do novo Regimento
644 Interno. O Secretário Executivo responde que é porque se tem documentos a serem
645 analisados por essas CT's. A conselheira Alessandra Panizi, sugere que as CT's sejam
646 compostas após a análise e aprovação da Minuta de Regimento Interno que esta pendente

647 de análise pelo Conselho Pleno do CEHIDRO. Sugere ainda, que seja designada uma
648 reunião extraordinária para se discutir essa minuta e que todos os conselheiros assim que
649 receberem a minuta deem uma lida e enviem suas contribuições com antecedência para
650 que todos tomem conhecimento. Os Conselheiros: Carolina Ortiz, representantes da vaga
651 01 dos CBH-RH Amazônica; João Clímaco, representante do FONASC; Beatriz Lacerda,
652 representante da FAMATO; e, Álvaro Leite, representantes da FIEMT, manifestaram apoio
653 a proposta da conselheira Alessandra Panizi. Após discussões, ficou acordado que as
654 atividades das CT's ficarão suspensas até a análise e aprovação da minuta de Regimento
655 Interno do CEHIDRO. Ficou acordado ainda que, a 27ª Reunião Extraordinária do
656 CEHIDRO ocorrerá no dia 20/04/2021 às 08h, por videoconferência, oportunidade na qual
657 será analisa a minuta de Regimento Interno do CEHIDRO. A Secretaria Executiva se
658 compromete a enviar aos conselheiros a minuta de Regimento Interno ainda hoje, para
659 análise e contribuições dos conselheiros. Restou acordado que a Secretaria Executiva
660 receberá as contribuições até a data de 15/04/2021, para que tenha tempo hábil para
661 compilar as informações e enviar para conhecimento de todos. Após, passou-se ao último
662 item da pauta, os informes. O Secretário Executivo informa que o calendário de reuniões
663 ordinárias para o ano de 2021 terá que ser atualizado em razão de não ter ocorrido as
664 reuniões agendadas para os meses de fevereiro/2021 e março/2021. Abre para que os
665 conselheiros se manifestem quanto as datas aprovadas para os meses de maio, julho,
666 setembro e novembro. Não houve manifestações em contrário, o Secretário Executivo
667 informa que então serão mantidas as reuniões nos dias e meses já aprovados na Resolução
668 CEHIDRO nº 131, de novembro de 2020, com a atualização através de resolução da
669 numeração das reuniões. O conselheiro Salatiel Alves pergunta se não se pode incluir uma
670 reunião no mês de outubro/2021, em razão das queimadas e crise hídrica que
671 possivelmente teremos novamente este ano. O Secretário Executivo esclarece que as
672 reuniões ordinárias ocorrem conforme definido no regimento interno, a cada bimestre.
673 Sendo assim, caso seja necessário podemos marcar uma reunião extraordinária. Na
674 sequência, o Sr. Eliel Ferreira, coordenador geral do Fórum Estadual dos Comitês de
675 Bacias Hidrográficas, pede a palavra. Diz que esse é um momento bastante rico para os
676 CBH's em relação a quantidade de cadeiras que passam a ter no CEHIDRO. São 6
677 cadeiras, com representação das três regiões hidrográficas existentes no estado de Mato
678 Grosso, Tocantins-Araguaia, Amazônica e Paraguai. Cumprimenta os colegas presentes
679 na reunião e lhes deseja um excelente trabalho. Diz que com relação a atualização e
680 adequação dos critérios gerais na formação e funcionamento dos CBH's, é de extrema



681 importância porque é uma demanda advinda dos Comitês implementados e em
682 funcionamento no estado, que necessitam da definição quanto a composição paritária dos
683 CBH's, com a definição específica do que é sociedade civil, quem é o poder público e os
684 usuários que não estão bem definidos nos CBH's, de acordo com a nova Lei da Política
685 Estadual de Recursos Hídricos, Lei n. 11.088/2020. Diz ainda que, outro ponto interessante
686 para os CBH's, com a edição da nova Lei, é a formação do novo Sistema Estadual de
687 Recursos Hídricos, que é composto pela SEMA, CEHIDRO, CBH's e Agências de Bacia.
688 Diz que se sabe que as Agências de Bacia será possível quando os instrumentos de
689 cobrança estiverem instituídos no estado, mas os CBH's têm questionado bastante essa
690 questão até com demandas do Ministério Público, sobre a viabilidade do funcionamento a
691 médio e longo prazo dos CBH's. Diz que hoje se tem a questão do Procomitês, que é o
692 recurso financeiro que os CBH's possuem para realizar suas atividades administrativas,
693 seus trabalhos, mas que a médio longo prazo os CBH's não possuem um braço executivo
694 das suas tarefas nas suas bacias hidrográficas. Então é interessante que este Conselho
695 saiba da importância de atualização dessa Resolução de composição dos CBH's, e que
696 saibam que os CBH's se preocupam bastante com a implementação dos novos
697 instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos no estado de Mato Grosso. Diz que o último
698 instrumento a outorga é de dez anos atrás e, a gente precisa evoluir na questão do
699 enquadramento, a questão da cobrança para que efetivamente esses colegiados possam
700 desenvolver da melhor forma possível os seus trabalhos. O Secretário Executivo diz que
701 mesmo a CT não sendo efetivada agora, pois será efetivada somente após a aprovação do
702 novo Regimento Interno, a discussão pode acontecer entre o Fórum Estadual de Comitês
703 de Bacias, os CBH's e a SEMA através da Gerência de Fomento e Apoio aos CBH's. Diz
704 acreditar que esse trabalho já pode ir sendo feito, pois em nada atrapalhará, e auxiliará em
705 muito os trabalhos da CT se vier um documento já pronto dos CBH's. O conselheiro Salatiel
706 Alves informa que foi lançado na data de ontem o portal da água mineral, solicita a SEMA
707 avaliar quais são as vantagens que esse portal possui em relação a todo trabalho que ele
708 desenvolve. O conselheiro José Roberto informa que esta havendo o congresso mundial
709 da ABAS e pode estar enviando o link de acesso aos conselheiros que se interessarem.
710 Informa ainda que, a ABAS acaba de lançar a cartilha sobre o novo marco regulatório do
711 saneamento básico, esclarecendo vários aspectos das águas subterrâneas no Brasil. Após,
712 os conselheiros prestaram suas homenagens a conselheira Sara Suely Atílio Caporossi,
713 que faleceu no dia 25 de fevereiro de 2021, vítima da Covid-19. Por fim, nada mais havendo
714 a declarar o Sr. Secretário Executivo encerrou a reunião às 11h30min e eu, Danielly Guia



715 da Silva, lavrei está ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do
716 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

717

718

719

720

721

722

723

MAUREN LAZZARETTI
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO